

Doi: 10.5281/zenodo.17842624

INTELECTUAL SUBALTERNO/A, NEGRO/A INTELECTUAL, INTELECTUAL NEGRO/A: CRÍTICAS EMANCIPATÓRIAS NO BRASIL E NOS EUA

Nilvan Laurindo Sousa¹

Antonio Nilson Laurindo Sousa²

Resumo: Este artigo analisa as categorias de intelectual subalterno/a, negro/a intelectual e intelectual negro/a, investigando suas especificidades na produção de saberes e na luta antirracista. O objetivo é compreender como esses sujeitos transformam experiências de marginalização em epistemologias críticas e emancipatórias. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, mobiliza referenciais de Antonio Gramsci, Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Edward Said e Frantz Fanon, em diálogo com intelectuais negros/as brasileiros/as como Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro e Nilma Lino Gomes. A análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos evidencia que, enquanto as *Historically Black Colleges and Universities (HBCUs)* consolidaram cedo uma intelectualidade negra autônoma, no Brasil o mito da democracia racial retardou esse processo, delegando aos movimentos sociais a tarefa de criar espaços de resistência. Conclui-se que intelectuais subalternos/as e negros/as atuam como agentes de descolonização do saber, afirmando epistemologias insurgentes como ferramentas de transformação social.

Palavras-chave: intelectual subalterno; intelectual negro; epistemologias insurgentes.

Abstract: This article analyzes the categories of subaltern intellectual, Black intellectual, and intellectual of Black origin, investigating their specificities in knowledge production and in the anti-racist struggle. The objective is to understand how these subjects transform experiences of marginalization into critical and emancipatory epistemologies. The research, of qualitative and bibliographic character, draws on the theoretical contributions of Antonio Gramsci, Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Edward Said, and Frantz Fanon, in dialogue with Brazilian Black intellectuals such as Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, and Nilma Lino Gomes. The comparative analysis between Brazil and the United States shows that, while the **Historically Black Colleges and Universities (HBCUs)** consolidated an autonomous Black intellectual tradition early on, in Brazil the myth of racial democracy delayed this process, delegating to social movements the task of creating spaces of resistance. It is concluded that subaltern and Black intellectuals act as agents of decolonization of knowledge, affirming insurgent epistemologies as tools for social transformation.

Keywords: subaltern intellectual; black intellectual; insurgent epistemologies.

¹ Doutora em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail para contato: Inilvan@yahoo.com

² Doutor em Física e Astronomia. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail para contato: antlaus@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o papel dos intelectuais emerge como ponto central para compreender as disputas de poder, saber e representação que atravessam a história. Ao longo do tempo, diferentes tradições teóricas buscaram definir quem pode ser considerado intelectual e qual a sua função social. Antonio Gramsci, ao formular a noção de intelectual orgânico, abriu caminho para debates que, posteriormente, foram aprofundados pelos Estudos Subalternos indianos, com destaque para Ranajit Guha, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Spivak. Essas abordagens ampliaram a discussão ao evidenciar que os grupos marginalizados como mulheres, camponeses, povos colonizados e populações racializadas produzem saberes e práticas de resistência que frequentemente são invisibilizados pelo discurso dominante.

No contexto brasileiro, a questão intelectual subalterno/a está profundamente vinculada às experiências da população negra e ao enfrentamento do racismo estrutural. A distinção entre Negro/a Intelectual e Intelectual Negro/a revela não apenas diferenças semânticas, mas sobretudo disputas simbólicas e políticas em torno da legitimidade do pensamento negro. Autores e autoras como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro e Nilma Lino Gomes exemplificam como a produção intelectual negra transcende o espaço acadêmico, articulando-se práticas culturais, pedagógicas e políticas.

Além disso, o diálogo comparativo entre Brasil e Estados Unidos permite compreender as diferentes condições de consolidação de uma intelectualidade negra. Enquanto nos EUA universidades historicamente negras, (HBCUs) desempenharam um papel estratégico na organização de epistemologias afro-americanas, no Brasil, o mito da democracia racial e a política de mestiçagem retardaram a emergência de um pensamento negro autônomo, o que exigiu a centralidade da ação dos movimentos sociais. Nesse sentido, este trabalho busca examinar as interseções e especificidades das figuras do/a intelectual subalterno/a, do/a negro/a intelectual e do/a intelectual negro/a, destacando suas contribuições para a construção de epistemologias críticas e emancipatórias. Mais do que categorias teóricas, essas figuras revelam trajetórias

de resistência que desestabilizam a hegemonia do conhecimento eurocêntrico e reivindicam a pluralidade de vozes como fundamento de uma justiça cognitiva.

INTELECTUAL SUBALTERNO/A ORIGEM E DESDOBRAMENTOS

Para Gramsci, de onde conceito se originou, o intelectual subalterno, diferente dos intelectuais tradicionais, ou seja, aqueles vinculados às elites e à manutenção da ordem estabelecida, ele define ainda os intelectuais orgânicos como sendo aqueles que surgem de grupos sociais específicos, como a classe trabalhadora ou os subalternos, para articular seus interesses e lutas. Gramsci afirma que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais” (Gramsci, 2000, p. 21). O intelectual subalterno, nesse sentido, é um intelectual orgânico que representa os setores marginalizados, promovendo a conscientização e a resistência contra a hegemonia.

Representa grupos sociais marginalizados, oprimidos ou subordinados os chamados "subalternos", dentro de uma estrutura de poder dominante. Estes não pertencem às elites culturais, políticas ou econômicas, mas articulam as perspectivas, experiências e resistências de grupos historicamente silenciados ou excluídos do discurso hegemônico. Neste sentido, destaca Gayatri Spivak, o subalterno é aquele cuja voz é sistematicamente negada nos espaços de poder, ele busca mediar ou amplificar essas vozes (Spivak, 2010, p. 45). Este conceito foi ampliado pelo coletivo de historiadores indianos dos Estudos Subalternos, liderado por Ranajit Guha.

Naquele contexto, Índia colonial e pós-colonial, o grupo buscou recuperar as vozes de grupos subalternos, como camponeses, mulheres e castas inferiores, apagados das narrativas históricas dominantes. Neste sentido, ainda, Guha define o subalterno como "o espaço demográfico da diferença estrutural, que é subordinado pela elite dominante" (Guha, 2000, p. 15). Gayatri Spivak, em seu ensaio *Pode o subalterno falar?* (2010), questiona se os subalternos podem realmente se expressar dentro dos marcos discursivos dominados pelas elites ou se necessitam de

intelectuais que mediem sua voz, levantando o debate sobre os limites dessa mediação.

O/A intelectual subalterno/a está profundamente ligado às experiências dos grupos oprimidos, seja por sua origem, compromisso político ou trabalho cultural. Edward Said observa que esses intelectuais que operam "na interseção entre a resistência política e a representação cultural" (Said, 2007, p. 34). Ele atua como uma ponte entre os subalternos e os espaços de poder, buscando visibilizar suas narrativas e demandas. Contudo, Spivak alerta que "a tentativa de dar voz ao subalterno pode, paradoxalmente, silenciá-lo ao impor categorias externas" (Spivak, 2010, p. 48).

Sua resistência à hegemonia, é marcada pela resistência às estruturas de poder que perpetuam a subalternidade, seja por meio da escrita, do ativismo, da arte ou da organização social. Guha destaca que o intelectual subalterno contribui para uma "política de insubordinação consciente" (Guha, 2000, p. 22). O papel do intelectual subalterno, em um contexto específico, varia conforme o processo histórico, cultural e político. Na América Latina, por exemplo, intelectuais indigenistas ou líderes de movimentos sociais frequentemente assumem esse papel, adaptando suas estratégias às especificidades locais. Um exemplo a este respeito, na contemporaneidade, são as ativistas de movimentos sociais, como líderes de comunidades indígenas ou afrodescendentes que utilizam plataformas digitais para visibilizar suas lutas, podem ser considerados intelectuais subalternos. John Beverley, 2004, observa que "as novas mídias oferecem aos intelectuais subalternos a possibilidade de subverter a hegemonia cultural de maneiras inovadoras" (Beverley, 2004, p. 89). Os intelectuais subalternos não são homogêneos, suas estratégias variam conforme o contexto (colonial, pós-colonial, gênero, racial, etc).

NEGRO/A INTELLECTUAL E INTELLECTUAL NEGRO/A INSURGENTE

A categoria de intelectual sempre esteve imersa em disputas simbólicas, quando associada ao negro, abre-se uma ambiguidade: seria o/a Negro/a Intelectual apenas alguém que, apesar da condição racial, consegue ser reconhecido em um

espaço branco de saber. Todavia, Intelectual Negro/a enquanto sujeito político-epistêmico, que inscreve na sua produção intelectual as experiências históricas, culturais e de resistência da negritude. Essa diferença não é meramente semântica, mas traduz relações de poder, mecanismos de invisibilização e estratégias de reexistência.

O/A Negro/a Intelectual é a forma como a sociedade branca muitas vezes enxerga os sujeitos negros que se destacam no campo das letras, das artes ou da academia. Essa categoria frequentemente carrega a marca da exceção, reforçando o mito da democracia racial ao destacar casos isolados de ascensão. Segundo Munanga, (2005, p.27), “a intelectualidade negra sempre foi vista como algo fora da norma, um desvio da expectativa social construída pela ideologia racista, que associa o negro ao corpo e não ao espírito”.

Nessa perspectiva, o negro que pensa foi visto mais como uma anomalia do que como parte de uma tradição intelectual coletiva. Todavia, o/a Intelectual Negro/a assume sua negritude não como marca biológica, mas como condição histórica, cultural e epistemológica. Como afirma Lélia Gonzalez (1988, p. 69), “não se trata de uma questão meramente de cor da pele, mas de uma experiência vivida, marcada por processos de resistência e pela criação de novas formas de existência”.

Nesse sentido, o/a Intelectual Negro/a é aquele/a que, para além de estar no espaço acadêmico, reorganiza esse espaço a partir de matrizes afro-diaspóricas, introduzindo conceitos como amefricanidade (Gonzalez, 1988), quilombismo (Nascimento, 1980) e memória da diáspora (Nascimento, 1996). Para Nilma Lino Gomes (2017, p. 58) “ser intelectual negro é, necessariamente, ser pedagógico em sua atuação, pois o próprio ato de existir, pesquisar e escrever já é um processo de ensino e de ruptura epistemológica”.

Para Gomes (2009), a produção intelectual do Intelectual Negro é intrinsecamente política e não neutra, servindo como ferramenta de luta e libertação voltada para a compreensão, valorização e transformação da realidade da população negra, onde a negritude opera como uma epistemologia que converte a condição racial em lente interpretativa da realidade, gerando um conhecimento situado que

desestabiliza a pretensa neutralidade do saber eurocêntrico e afirma a validade dos saberes negros, num movimento que reivindica autoria e lugar de enunciação, rompendo com a tradição que historicamente relegou o negro à condição de objeto de estudo para posicioná-lo como sujeito produtor de teoria.

Na concepção analisada por Gomes (2009), o "negro intelectual" caracteriza-se por atuar em sua área de especialização, como direito, engenharia ou história, sem engajar-se criticamente com as questões raciais, operando dentro dos paradigmas eurocêntricos da academia tradicional em busca de reconhecimento e legitimidade, sem questionar as bases excludentes desse sistema. Sua negritude, assim, permanece como um atributo identitário desconectado de um projeto político transformador, resultando na falta de um vínculo orgânico com as demandas da comunidade negra e na não utilização de seu conhecimento como instrumento de luta pela libertação. Desse modo, mesmo que involuntariamente, ao não desafiar as estruturas de poder do conhecimento, ele acaba por reproduzir a lógica que mantém a história e a cultura negras à margem do cânone intelectual, perpetuando o *status quo* das exclusões epistemológicas.

A diferença entre Negro/a Intelectual e Intelectual Negro/a também se dá no campo político. O primeiro é tolerado na medida em que não ameaça a ordem racial do conhecimento. O segundo se coloca como sujeito coletivo, vinculado às lutas do movimento negro e comprometido com a justiça cognitiva.

Frantz Fanon (2008, p. 32), já alertava que “o negro que deseja ser reconhecido como intelectual pela sociedade colonial precisa, antes, branquear-se culturalmente; mas é apenas quando assume sua negritude que ele pode se tornar verdadeiramente livre”. Desta maneira, enquanto O/A Negro/a Intelectual pode ser lido como resultado de uma assimilação, O/A Intelectual Negro/a é aquele que ressignifica e amplia o campo da intelectualidade, inserindo nele saberes até então marginalizados.

Acadêmicos/as negros/as quando adentram na academia, graduação, pós graduação, mestrado e doutorado, muitos/as estudantes negros/as, em um primeiro momento, passam por um processo de assimilação, sendo assim, não se configuram

como ameaça a ordem estabelecida pela branquitude. Desta forma, garante a sua sobrevivência na academia, minimizando os percalços. Todavia, à medida que vão se consolidando academicamente, ganhando autonomia intelectual, saem da condição de exceção, como Negro/a Intelectual, e passam a atuar, dentro e fora da academia, como intelectual Negro/a, tornando-se sujeito epistêmico insurgente, enfrentado o apagamento e a invisibilização, vai além da atuação individual, passando ao comprometimento com a coletividade, com a justiça cognitiva e a transformação social.

No Brasil, Lélia Gonzalez, articulou a interseção entre raça, gênero e classe, no livro "Lugar de negro", são exemplos paradigmáticos de militância e atuação Intelectual Negra. Gonzalez argumenta que "o negro no Brasil é colocado em um lugar de subalternidade que não é apenas econômico, mas também cultural e simbólico" (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 25). O Intelectual Negro/a frequentemente opera em espaços acadêmicos, culturais ou ativistas, utilizando a teoria e a prática para dismantlar o racismo estrutural. Sua atuação pode ser vista como uma forma de intelectualidade orgânica, no sentido gramsciano, mas com um foco explícito na questão racial. Abdias do Nascimento, em *O genocídio do negro brasileiro*, destaca a importância do/a Intelectual Negro/a na construção de uma epistemologia própria de forma a romper com as amarras do conhecimento colonial, desta forma criar uma narrativa que centralize a experiência afro-brasileira (Nascimento, 2016, p. 89).

O debate entre Negro/a Intelectual e Intelectual Negro/a revela a tensão entre a lógica da exceção e a lógica da coletividade. O primeiro é um reconhecimento condicionado, o segundo uma autoafirmação insurgente. Essa distinção é fundamental para compreender como a intelectualidade negra, no Brasil e nas diásporas, deixou de ser invisibilizada e passou a se afirmar como fundamento da luta por uma sociedade mais justa e plural.

Os Estudos Subalternos, refere-se aos indivíduos que emergem ou representam grupos marginalizados, articulando suas experiências e resistências contra estruturas de poder dominantes. No contexto brasileiro, onde a racialidade é uma dimensão central da subalternidade, as figuras do/a Intelectual Negro/a ganham

relevância, especialmente, na luta contra o racismo estrutural e na produção de conhecimento crítico. As interseções e distinções entre esses conceitos, com ênfase em sua função de resistência e na construção de narrativas emancipatórias.

Tanto o intelectual subalterno quanto o/a intelectual negro/a compartilha o compromisso com a resistência contra estruturas opressivas. No Brasil, a subalternidade inclui predominantemente a dimensão racial, fazendo com que muitos/as Intelectuais Negros/as sejam também Intelectuais Subalternos. Cabe salientar que a diferença do Intelectual Subalterno abrange uma gama mais ampla de grupos marginalizados (como camponeses, mulheres, indígenas, trabalhadores dentre outros), enquanto o/a Intelectual Negro/a foca na experiência racializada, desta forma, o Intelectual Subalterno contempla uma multiplicidade de sujeitos.

No Brasil, a atuação de intelectuais negros/as é central para desconstrução do mito da democracia racial, no sentido de visibilizar e denunciar o racismo estrutural. Movimentos de resistência como a Frente Negra Brasileira, a Associação Cultural do Negro, o Teatro Experimental do Negro, o Centro de Cultura e Arte Negra, o Quilombhoje³ e o Movimento Negro Unificado fundado em 1978, contaram com a participação de Intelectuais Negros/as como Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, os/as quais articularam demandas por igualdade e reparação histórica. Para Beatriz Nascimento, "o negro intelectual deve construir uma história que recupere a agência dos povos afrodescendentes" (Nascimento, 2018, p. 112). Ressalte-se que o acesso para interlocução, tanto o/a Intelectual Subalterno/a, quanto o/a Intelectual Negro/a lutam para interagir em espaços de produção de conhecimento, como universidades e mídia as quais são predominantemente dominadas por elites brancas.

³ Quilombhoje trata-se de um coletivo, criado em 1980, o grupo consolidou-se como referência na publicação e valorização de escritores negros, ampliando o espaço para essas produções no mercado editorial. Entre suas contribuições está a continuação da publicação dos Cadernos Negros, coletânea anual lançada desde 1978 e que reúne textos de autores negros, alternando entre contos e poemas em cada edição. <https://almapreta.com.br/sessao/cultura/quilombhoje-completa-45-anos-de-fortalecimento-da-literatura-afro-brasileira>

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NEGRO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E NO BRASIL

Ao elaborarmos um colóquio intitulado “Segregação Racial, Ações Afirmativas e Intelectuais: a produção do conhecimento negro”, onde buscava-se compreender as diferenças na consolidação da intelectualidade negra nos Estados Unidos da América e no Brasil, compreendemos então relevante incluir nesta discussão. Quando entendemos que a principal diferença na formação do conhecimento negro entre os Estados Unidos e o Brasil reside nos contextos históricos do racismo e da integração social, sendo que nos EUA, o racismo segregacionista explícito e birracial fomentou uma identidade negra coletiva e confrontacional.

Sabe-se que o *Institute for Colored Youth*, em 1837, que posteriormente originou a atual *Cheyney University of Pennsylvania*, considerada a primeira Historically Black Colleges and Universities (HBCUS) nos Estados Unidos (Brocks, Stratks, 2011), a formação da população negra permitiu a consolidação de intelectuais negros de lá, os quais desenvolveram epistemologias autônomas de resistência, como nos estudos afro-americanos e no ativismo por direitos civil.

Desde o século XIX, quando foram fundadas as primeiras HBCUs, até 2024, os pesquisadores do tema listaram cento e sete (107) HBCUs nos Estados Unidos (Lovett, 2015, p. xvi). Das cento (107) HBCUs cinquenta e seis (56) são instituições privadas e cinquenta e uma (51) são faculdades e universidades públicas (Estados Unidos da América) (Silvia, A; Collier, R.2024, p.6).

Enquanto estas instituições foram criadas para atender exclusivamente a população afrodescendente nos Estados Unidos. No Brasil, constata-se que a segregação não explicitada legalmente, o mito da democracia racial e a política de miscigenação marcaram o racismo brasileiro, bem como a ausência de uma política de integração dos negros, pós abolição, na sociedade, sem acesso a educação,

apenas leis que ampliaram a marginalidade da população negra brasileira⁴, fragmentando a formação de conhecimento negro independente, o qual se solidificou à margem, emergindo muito mais tarde, por meio de movimentos sociais.

Sabe-se que nos EUA, o pós-abolição (1865) foi marcado por segregação legal (leis Jim Crow)⁵ e a regra da "one-drop"⁶, que classificava qualquer ancestralidade negra como definidora, reforçando uma identidade birracial rígida e isolando os negros em guetos para exploração econômica. Isso gerou instituições unirraciais (igrejas, jornais, universidades como *Howard* e *Fisk*, dentre outras), onde o conhecimento negro se desenvolveu como ferramenta de resistência, com intelectuais como W.E.B. Du Bois, Franklin Frazier e Lorenzo Dow Turner, promovendo estudos afro-americanos e africanos, dentre outros.

No Brasil, a abolição tardia (1888) ocorreu sem integração social, perpetuando marginalização via favelas e criminalização informal (como vadiagem), com ideologia do racismo científico evoluindo para democracia racial. Gilberto Freyre, em "Casa-Grande & Senzala", promoveu falaciosamente a miscigenação como harmoniosa, dissolvendo a negritude, segundo ele,

Os portugueses [...] assim que se estabeleceram no Brasil começaram a anexar ao seu sistema de organização agrária de economia e de família uma dissimulada imitação de poligamia, permitida pela adoção legal, por pai cristão, quando este incluía em seu testamento, os filhos naturais, ou ilegítimos, resultantes de mães índias e também escravas negras. Filhos que,

⁴ Lei de Terras (1850), Estabeleceu que a única forma de acesso à terra era através da compra; Lei Áurea (1888), Aboliu formalmente a escravidão; não previu nenhuma política de reparação, integração, acesso à terra ou direitos básicos, lançando a população negra à própria sorte em uma condição de extrema vulnerabilidade; Decreto nº 528 (1890); Lei da Vadiagem (Código Penal de 1890 e 1940); Leis de "Moralidade Pública" e o Controle dos Corpos e das Famílias Negras; Proibição de "Batuques" e Práticas Religiosas; Regulamentação Anti-Mendicância, dentre outras.

⁵ Jim Crow foi o nome dado ao sistema de segregação racial e discriminação legalizada que vigorou nos Estados Unidos, principalmente nos estados do Sul, desde o final do século XIX até meados da década de 1960.

⁶ As chamadas leis de Jim Crow foram um conjunto de legislações estaduais e locais aprovadas nos estados do Sul dos Estados Unidos, a partir do final do século XIX, especialmente após A Reconstrução ("Reconstruction" 1865-1877). Institucionalizar a segregação racial, separando brancos e negros em escolas, transportes, banheiros, restaurantes e demais espaços públicos. One-drop rule ("regra de uma gota"). A chamada regra de uma gota foi um princípio legal e social nos EUA que afirmava: Se uma pessoa tivesse qualquer ascendência africana detectável, (mesmo que apenas "uma gota de sangue negro"), ela deveria ser classificada como negra (Davis, 1991).

nesses testamentos, eram socialmente iguais, ou quase iguais, aos filhos legítimos (Freyre, 2001, p. 181).

Este pensamento freyreano, foi muito nocivo para a sociedade brasileira, uma construção ideológica equivocada, que dificultou a mobilização do contingente afro brasileiro, foi eficaz no sentido de desmobilizar os negros do país. Intelectuais Negros como Manuel Querino, Alberto Guerreiro Ramos e Luís Gama desenvolveram projetos distintos e críticos para a integração da população negra na sociedade brasileira, contestando as teorias racistas da época. Suas estratégias podiam passar pela via da assimilação ou "embranquecimento", pela mobilização política coletiva ou pela valorização da alteridade cultural. Manuel Querino, em particular, destacava a contribuição econômica fundamental dos africanos e seus descendentes para a construção do país. Ele afirmava que "Foi o trabalho do negro que aqui sustentou, por séculos, sem desfalecimento, a nobreza e a prosperidade do Brasil" (Querino, 1980, p. 156).

Para Ramos (1995, p. 200) "O negro é povo, no Brasil, não é um componente estranho de nossa demografia, ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica". Movimentos como a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e o Teatro Experimental do Negro (1944-1964) politizaram a identidade, ações isoladas, porém uma política de acesso e a educação de massa da população negra de fato, vai ocorrer tardiamente, somente no século XXI, via ações afirmativas, com a política de cotas nas universidades públicas brasileiras, oficialmente em 2012.

Para Florestan Fernandes (1969), a democracia freyriana era um grande mito, para não dizer um engodo, neste sentido, que foi nocivo para a consolidação da identidade negra da sociedade brasileira.

A filosofia política da solução da questão negra baseou-se sobre o velho padrão da absorção gradual dos indivíduos negros através da seleção e assimilação daqueles que escolhessem se identificar a si mesmos com os círculos dominantes da raça dominante (Fernandes, 1969, p. 137).

Para Florestan, a lógica da assimilação individual, aponta que a política implícita no Brasil após a abolição não foi de integração coletiva da população negra em condições de igualdade, mas de absorção gradua, precária e seletiva. Ou seja,

apenas aqueles indivíduos negros que conseguissem se moldar aos padrões da cultura branca dominante, costumes, linguagem, escolarização, aparência, modos de sociabilidade, a população negra seria aceita, ainda assim de maneira restrita e subordinada, com políticas ostensivas que intensificou a marginalização da população negra.

Ao analisar a segregação nos EUA, Du Bois (2021) apresentou o conceito de dupla consciência" (*double consciousness*), que é a base para se entender a formação de uma identidade negra coesa nos EUA, o que não quer dizer "consciência unificada". Ele define a "dupla consciência" como uma sensação constante, na qual o negro americano sente a sua dupla identidade, de americano e de negro. Neste sentido, duas almas, dois pensamentos, dois ideais concorrentes, num corpo só, cuja força teimosa impede que se parta ao meio. A visão que o indivíduo tem de si mesmo, por outro lado a visão depreciativa e estereotipada que a sociedade branca opressora projeta sobre ele. Segundo o autor, a experiência universal inescapável do racismo legalizado e da segregação violenta (Jim Crow) criou um terreno comum para todos os negros nos EUA, independentemente de sua classe, educação ou origem, a "linha de cor" (*color line*) era um fato brutal da vida. Esta experiência comum fazia com que todos os cidadãos fossem de segunda classe pela lei e pelos costumes (Du Bois, 2021).

Essa experiência compartilhada de opressão funcionou, forjando uma identidade coletiva única, nos EUA, a de ser negro em um país racista. Dessa experiência comum, surgiram instituições próprias (igrejas negras, universidades como as HBCUs - *Historically Black Colleges and Universities*), uma imprensa negra forte e movimentos de protesto organizados (como a NAACP - Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor, que foi co-fundada pelo próprio Du Bois). Diferentemente do Brasil, a luta era, portanto, claramente definida: contra um sistema de opressão branco explícito e identificável (Du Bois, 2021).

O contraste da experiência dos afro americanos com a dos afro brasileiros, se torna poderosa. Intelectuais brasileiros como Guerreiro Ramos, na década de 1950 e, mais recentemente, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, em 2002, exploraram esse

contraste. No Brasil pós-abolição, a estratégia dominante não foi a segregação espacial legalizada, como nos EUA, mas uma integração marginalizante e uma ideologia de embranquecimento.

No Brasil, a segregação não explícita na lei, mas difusa nas relações sociais, no preconceito e na negação do próprio racismo, a “democracia racial”, ideologia esta produzida para desarticular o contingente de afro brasileiros. Desta forma, se tornou difícil identificar um “sistema” único contra o qual lutar. Isto foi determinante para a fragmentação de classe e de Cor. A ideologia do embranquecimento, incentivou a assimilação individual e a distinção por tonalidade de pele (o “preto de alma branca”, o “mulato”, o “pardo”). Ocasionalmente uma gradação de privilégios e opressões que dificultou a formação de uma identidade política unificada em torno da negritude. A luta fragmentada, centrada na mobilidade social individual e não em um projeto coletivo de libertação da população negra (Guimarães, 2002).

A segregação explícita dos EUA, paradoxalmente, criou as condições para uma identidade política negra coesa e unificada, enquanto a suposta “integração” brasileira, baseada no mito da democracia racial, produziu fragmentação e uma luta contra um inimigo muito mais difuso e, portanto, mais difícil de combater coletivamente.

A IMPORTÂNCIA DAS HBCUS PARA A INTELLECTUALIDADE NEGRA NOS EUA

As *Historically Black Colleges and Universities* (HBCUs) são instituições de ensino superior criadas originalmente com o propósito de atender a comunidade afro-americana nos Estados Unidos, há um consenso de que os primeiros estabelecimentos de nível superior destinados exclusivamente a pessoas negras emergiram ainda no período anterior à Guerra Civil, sobretudo em estados do Norte. Um exemplo pioneiro é o *Institute for Colored Youth*, fundado em 1837, por Richard Humphreys (1750–1832), um filantropo e religioso quaker⁷ branco. Essa instituição é

⁷ Quakers é o nome comum para os membros da Sociedade Religiosa dos Amigos, movimento cristão fundado na Inglaterra no século XVII. Suas crenças centrais incluem a “Luz Interior” (presença divina em cada pessoa), o culto silencioso, o pacifismo e o testemunho de igualdade, integridade e simplicidade. Nos EUA, destacaram-se

reconhecida como a origem da atual *Cheyney University of Pennsylvania*, tida como a primeira HBCUS do país (Brooks; Starks, 2011, p. 15). Humphreys defendia que a educação da população negra deveria focar no “treinamento nos diversos ramos das artes mecânicas, dos ofícios e da agricultura”, com o objetivo de prepará-los e capacitá-los para atuarem como professores (Brooks; Starks, 2011, p. 2).

As Universidades Historicamente negras (HBCUs) desempenharam um papel central na consolidação e organização do pensamento negro nos Estados Unidos, sendo instituições fundamentais para a educação, liderança e resistência cultural das comunidades afro-americanas. Desde sua criação, no século XIX, as HBCUs têm sido espaços de fortalecimento social e político do pensamento da intelectualidade negra nos EUA, oferecendo oportunidades educacionais em um contexto historicamente marcado pela segregação racial e exclusão.

As HBCUs foram espaços de construção de uma identidade coletiva negra, onde o conhecimento foi utilizado como ferramenta de luta contra a opressão. Elas proporcionaram um ambiente seguro para que estudantes negros/as desenvolvessem um senso de pertencimento e autoconfiança, elementos cruciais para a organização do pensamento político e cultural. As HBCUs têm sido berços de lideranças que moldaram o pensamento e a luta pelos direitos civis nos EUA. Figuras como Martin Luther King Jr. (*Morehouse College*), W.E.B. Du Bois (*Fisk University*), Thurgood Marshall (*Howard University*), Alice Walker (*Spelman College*), Toni Morrison (*Howard University*), Kamala Harris (*Howard University*) e Katherine Johnson (*West Virginia State College*), dentre outros/as que são exemplos de como essas instituições formaram intelectuais e ativistas que desafiaram o racismo e a violência institucionalizada. Essas universidades ofereciam currículos que valorizavam a história e a cultura afro-americana, onde as/os alunas/os puderam questionar as narrativas dominantes e a desenvolver estratégias de resistência.

As HBCUs foram essenciais para o surgimento de uma elite intelectual negra que liderou a luta por igualdade e justiça social, suas propostas educacionais foram

historicamente pelo abolicionismo, promoção dos direitos das mulheres e reformas sociais.
https://quaker.org/legacy/minnfm/peace/nobel_peace_prize.htm

além da formação técnica, incorporando um forte compromisso com o ativismo e a responsabilidade social, elementos cruciais para o surgimento do Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos da América.

Além disso, essas instituições tiveram um papel vital na preservação e promoção da cultura afro-americana. Através de cursos acadêmicos, eventos e organizações estudantis, fomentaram o orgulho racial e o vínculo com as origens africanas, sendo pioneiras, como no caso dos estudos afro-americanos da *Howard University*, na produção de conhecimento que contestava visões eurocêntricas. As HBCUs foram espaços onde a cultura negra pôde florescer, nutrindo desde expressões artísticas, até formas de resistência política. Esse ambiente culturalmente fértil foi fundamental para a afirmação de uma identidade negra autônoma e combativa. Estas Instituições também se destacaram como centros de mobilização política. O campus da *North Carolina A&T State University*, por exemplo, foi palco de protestos históricos, como os sit-ins de Greensboro (1960)⁸, demonstrando como o pensamento crítico, gerado nessas instituições, se transformou em ação concreta por transformação social.

As HBCUs educaram, politizaram gerações de jovens negros, fornecendo as ferramentas intelectuais e organizacionais para enfrentar o racismo sistêmico. Essa tradição de ativismo permanece viva em movimentos contemporâneos, como o Black Lives Matter, que tem forte participação de estudantes e egressos dessas instituições. No entanto, apesar da relevância histórica e contínua, as HBCUs enfrentam desafios estruturais, agravados pelas alternâncias no cenário político, tais como o subfinanciamento crônico e a concorrência com universidades predominantemente brancas, que passaram a recrutar alunos negros, após a dessegregação. Ainda assim,

⁸Quatro estudantes negros da *North Carolina Agricultural and Technical College (A&T College)* — Ezell Blair Jr. (hoje Jibreel Khazan), David Richmond, Franklin McCain e Joseph McNeil — sentaram-se pacificamente no balcão de um restaurante da loja Woolworth's, em Greensboro (Carolina do Norte), reservado exclusivamente a brancos. Eles pediram café, mas o atendimento lhes foi negado. Recusando-se a sair, permaneceram sentados até o fechamento da loja (Carson, 1981).

elas se mantêm como espaços fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência negra crítica e politicamente engajada.

As HBCUs foram pilares do pensamento negro nos EUA, promovendo a educação, a cultura e o ativismo em um contexto de adversidade. Elas moldaram lideranças, preservaram identidades e organizaram movimentos que impulsionaram mudanças na sociedade estadunidense.

A PRODUÇÃO DA INTELLECTUALIDADE NEGRA NO BRASIL E A INFLUÊNCIA DAS HBCUS E AS UNIVERSIDADES NO BRASIL

Os movimentos negros no Brasil desempenharam um papel primordial na consolidação da intelectualidade negra, promovendo a produção de conhecimento independente, a visibilidade de pensadores negros e a resistência ao racismo estrutural. Paralelamente, ao processo tardio de criação das universidades no país, intimamente vinculado às elites, perpetuou desigualdades que marginalizaram a população negra no acesso à educação superior, retardando sua inserção na esfera intelectual. As primeiras faculdades, isoladas, como a Escola de Cirurgia (1808), visavam formar profissionais para a elite, sem um sistema universitário integrado. No entanto, pode-se observar a distinção histórica entre a formação dos negros nos EUA e no Brasil.

[...] Até a nossa Independência um número medíocre de 3 mil jovens havia recebido instrução superior, especialmente em Coimbra. Quando da proclamação da república, cinco faculdades operavam no País. Em 1920, ao ser criada a Universidade do Rio de Janeiro, 70 era o número de universidades negras norte-americanas. Este admirável universo de ensino superior, que chegaria a um patamar de 117 colleges e universidades, fez surgir, como necessidade corporativa, uma entidade com a sigla NAFEO, significando Associação Nacional para Igual Oportunidade no Ensino Superior⁹

⁹José Luiz Pereira da Costa, <http://www.dacostaex.net/universidade.htm>. Consta ainda na introdução da Tradução de As Almas do Povo negro, de W.E.B Du BOIS, 1998. <https://afrocentricidade.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/as-almas-do-povo-negro-w-e-b-du-bois.pdf>

No Brasil diferentemente, a Universidade Federal do Paraná, surgiu em 1912, a Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ), é de 1920, e a USP em 1934, mas sob disputas ideológicas que priorizavam cursos isolados para evitar centralização, Benjamin Constant, em relatório ministerial, defendia a subdivisão do estudo das ciências, segundo ele, modelo adotado pelas nações cultas, era mais produtiva do que sua reunião em um centro único (Benjamin Constant, in Schwartzman, 1984).

Neste sentido, enquanto se defendia a ideia de criações de faculdades para elite brasileiras, as HBCUs tiveram seu surgimento em 1837, (Silva; Collier, 2024), estas instituições historicamente negras, formou renomados Intelectuais Negros/as, os/as quais diante da segregação, criaram seus mecanismo de reivindicação e fortalecimento, estes intelectuais negros afro americanos fomentaram o pensamento da intelectualidade afro brasileira e outros, como é possível constatar na escrita de Lélia Gonzalez:

para o fato de o Movimento Negro - MN dos Estados Unidos ter conseguido conquistas sociais e políticas muito mais amplas do que o MN da Colômbia, do Peru ou do Brasil, por exemplo. Por aí se entende, também, porque Marcus Garvey, esse extraordinário jamaicano e legítimo descendente de Nanny (ver bibliografia), tenha sido um dos maiores campeões do Panafricanismo ou, ainda, porque o jovem guianense Walter Rodney tenha produzido uma das análises mais contundentes contra o colonialismo-imperialismo, demonstrando como a Europa subdesenvolveu a África (1972, 1974) e, por isso mesmo, tenha sido assassinado na capital de seu país, a 13 de junho de 1980 (tive a honra de conhecê-lo e de receber o seu estímulo, em seminário promovido pela Universidade da Califórnia em Los Angeles, em 1979). Por tudo isso, bem sabemos das razões de outros assassínios, como o de Malcolm X ou o de Martin Luther King Jr (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p.74)

Posterior aos movimentos organizados dos negros dos EUA, no Brasil estes movimentos, surgiram a partir do final do século XIX e se intensificaram no século XX, sendo estes, espaços alternativos para a reflexão e produção intelectual negra, a margem das universidades e de seus cânones, apesar da exclusão histórica da academia e de um projeto educacional que integrasse os negros a sociedade, o povo negro brasileiro, se fortaleceu na luta, nos movimentos.

Na fase inicial (1889-1937), associações como a Frente Negra Brasileira (FNB) fundaram jornais e instituições que articularam demandas educacionais e culturais, servindo como plataformas para denunciar o racismo. Como destacado por José

Correia Leite: "a comunidade negra tinha necessidade de uma imprensa alternativa, que transmitisse informações que não se obtinham em outra parte" (LEITE, 1992, p. 33).

Os Movimentos Negros fomentaram uma intelectualidade negra emergente, ao propor soluções para questões como educação e a segregação racial brasileira. Na década de 1940-1960, iniciativas como o Teatro Experimental do Negro (TEN), liderado por Abdias do Nascimento (1914–2011), foram publicados jornais como *Quilombo* e organizaram congressos, conectando a intelectualidade negra aos debates globais sobre negritude. Lélia Gonzalez referia-se ao TEN como um "grande avanço no processo de organização da comunidade negra (Gonzalez, 1982, p. 24). Para ela, Abdias foi um dos maiores intelectuais, artistas e ativistas pan-africanista do Brasil, fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN) e idealizador do Museu de Arte Negra (MAN).

Abdias do Nascimento teve sua experiência nos Estados Unidos, a qual se deu em decorrência do exílio político durante a ditadura militar brasileira (1964–1985) e por uma intensa troca intelectual e política com movimentos negros norte-americanos. Durante sua estadia nos EUA, ele atuou como professor universitário, lecionando em instituições como: *Yale University* (1972–1973), como professor visitante, *University at Buffalo*, *State University of New York* (SUNY); *Temple University*, na Filadélfia, ministrando cursos sobre cultura afro-brasileira, relações raciais, teatro negro e pan-africanismo, inserindo a realidade brasileira no diálogo transnacional com as lutas antirracistas. Sua experiência nos EUA foi fundamental para o aprofundamento de suas reflexões sobre democracia racial, racismo estrutural e a necessidade de organização política autônoma da população negra, temas que ele já desenvolvia no Brasil, mas que ganharam novos contornos em diálogo com a realidade norte-americana. Sobre ele, assim manifestou Lélia, de quem sofreu influência, assim como também de Fanon:

No caso brasileiro, temos a figura do Honorável (título recebido em conferência internacional do mundo negro, em 1987) Abdias do Nascimento, cuja rica produção (análise/denúncia, teatro, poesia e pintura) não é reconhecida por muitos de seus irmãos é absolutamente ignorada pela intelectualidade "branca" do país (acusam-no de sectarismo ou de "racista às

avessas"; o que, logicamente, pressupõe um "racismo às direitas"). É interessante notar que, tanto um Fanon quanto um Nascimento só foram reconhecidos e valorizados internacionalmente e não em seus países de origem (Fanon só mereceu as homenagens de seu país após sua morte prematura; daí ter expressado, em seu leito de morte, o desejo de ser sepultado na Argélia). Desnecessário ressaltar a dor e a solidão desses irmãos, desses exemplos de efetiva militância negra (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p.75).

Apesar da riqueza e amplitude da obra de Abdias, ele foi sistematicamente invisibilizado pela intelectualidade branca brasileira, acusado de ser "racista às avessas" ou "sectário". Essa acusação é reveladora: ela parte de uma perspectiva hegemônica que busca neutralizar vozes negras combativas, reduzindo sua crítica ao status de "exagero" ou "ressentimento". A comparação com Fanon é significativa, assim como Abdias, Fanon foi reconhecido internacionalmente, antes de ser reconhecido em seu país. A a solidão das lideranças negras, que frequentemente enfrentam resistência, tanto da elite branca, quanto de setores de sua própria comunidade. Esse duplo apagamento, externo e interno, mostra como o racismo estrutural mina os processos de legitimação do pensamento negro. Gonzalez (1982), chama esses intelectuais de "irmãos" e os coloca como exemplos de efetiva de militância negra, mas não esconde a dimensão de dor, isolamento de suas trajetórias.

Gonzalez uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado - MNU, 1978, radicalizou e consolidou o movimento, articulando raça, classe e gênero, ela reivindicou a revisão curricular e incentivou produção da literatura negra. Para ela: "Hoje não dá mais pra sustentar posições culturalistas, intelectualistas, coisas e tais, e divorciadas da realidade vivida pelas massas negras" (Gonzalez, 1982, p. 64). Este processo, se deu de forma militante, à margem das Universidades brasileiras, as quais sempre estiveram intrinsecamente atreladas às elites, que a moldaram para formar "classes dirigentes". Sendo a formação destas, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes" (Campos, 1954, p. 100).

Para Salles Oliveira, a universidade prepararia "as nossas elites dirigentes" e formaria "um verdadeiro cérebro, integrando a ciência e a técnica, para forjar uma elite

intelectual capaz de orientar todas as classes sociais” (Salles Oliveira, 1935, p. 1). Essa vinculação perpetuou o elitismo, com acesso restrito via vestibular e ausência de educação de massas, deixando a população analfabeta, como criticado por Ribeiro: "Como à criação das escolas para as elites não correspondeu qualquer programa de educação de massas, o povo brasileiro permaneceu analfabeto" (Ribeiro, 2006, p. 231).

As desigualdades impactaram diretamente a população negra, que, pós-abolição, enfrentou exclusão: "Esta nação nunca fez nada pela massa negra que a construíra. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudesse educar seus filhos" (Ribeiro, 2006, p. 204). O elitismo universitário, reforçado por políticas neoliberais, reproduziu racismo estrutural, limitando o acesso de negros nas universidades brasileira, até expansões recentes com a lei de cotas de 2012, porém ainda revertidas com discursos contrários a democratização do ensino superior como o de Vélez Rodríguez, para quem "A ideia de universidade para todos não existe [...] As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual" (Rodríguez, 2019).

POLÍTICA DE COTAS COMO CONTRAPONTO AO ELITISMO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO

O elitismo e o atraso na formação universitária, no Brasil, retardaram a consolidação da intelectualidade negra brasileira, que teve nos movimentos sociais seu fortalecimento, estavam à margem da academia, confinada a espaços alternativos. Esses movimentos se fortaleceram e passaram a criar alternativas educacionais e pressionar por políticas afirmativas, como cotas (Lei nº 12.711/2012), que ampliaram o acesso da população negra na universidade. Intelectuais Negros/as, articulados aos movimentos, combateram o eurocentrismo, reivindicaram a descolonizar currículos, o que ocorreu com a lei nº 10.639/2003 que tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira, no currículo da educação básica (Ensino Fundamental e Médio) nas escolas pública e particulares brasileiras. Neste sentido, um avanço importante,

entendemos que a educação pode prevenir o racismo, quando todos se envolvem em pé de igualdade, superando hierarquias" (Silva, 2001, p. 115).

Assim, os movimentos não só consolidaram a intelectualidade negra, mas desafiaram o modelo elitista das universidades. Esses esforços resultaram em conquistas como a Lei nº 10.639/2003, que obrigou o ensino de história afro-brasileira, que visa descolonizar o conhecimento e fortalecer e democratizar a produção do conhecimento de Intelectuais Negros/as que consolidaram seu pensamento dentro do próprio movimento, agora para além deste, bem como a Lei nº 12.711/2012, que normatizou o sistema de cotas para o ingresso nas universidades públicas brasileiras. A primeira legislação em massa para a população negra, até então, o que tem levado ao ingresso da população negra, rompendo com a hegemonia branca e elitizada das universidades no Brasil, impulsionando assim, a reivindicação de epistemologias de Intelectuais Negros/as insurgentes.

Os movimentos negros foram essenciais para o fortalecimento da intelectualidade negra, diante de um sistema universitário tardio e elitista que perpetuou desigualdades raciais. A segregação racial na sociedade, seja explícita como nos EUA, seja velada como no Brasil que tem nas ações afirmativas uma forma de combater a segregação racial, gerando mobilidade da população negra, a produção do conhecimento negro, o qual ofereceu e oferece ferramentas para compreender e combater o racismo. A segregação se apresenta como problema estrutural, sendo as ações afirmativas uma estratégia de reparação e produção do conhecimento negro como resistência epistêmica, um processo fundamental para compreender e enfrentar as desigualdades raciais no Brasil. É certo que quando os negros, mulheres, indígenas produzem ciências o cânone é confrontado/desestabilizado, a sociedade é reinterpretada, e a universidade se torna um espaço de luta e transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O/A Intelectual subalterno/a, o Intelectual Negro/a compartilham o objetivo de dar voz aos marginalizados, mas diferem em suas especificidades. Enquanto o primeiro abarca múltiplas formas de opressão, o outro enfatiza a experiência racializada, sendo que o/a Intelectual Negro/a destaca sua vivência da negritude. Como sintetiza Lélia Gonzalez, “o papel do intelectual negro é transformar a dor da opressão em potência de luta” (Gonzalez & Hasenbalg, 1982, p. 30).

No Brasil, essa trajetória é marcada por silenciamentos e tentativas de assimilação, mas os movimentos negros, desde a Frente Negra Brasileira ao MNU, construíram uma produção intelectual própria e conquistaram avanços como a Lei 10.639/03 e as políticas de cotas dentre outras. Nos EUA, instituições como as HBCUs possibilitaram mais cedo a formação de lideranças e epistemologias afro-americanas. Já no Brasil, a ideologia da democracia racial retardou esse processo, tornando os movimentos sociais ainda mais centrais.

Assim, compreender esses intelectuais é reconhecer que o saber é também campo de disputa política, ao se afirmarem como produtores legítimos de conhecimento, desestabilizaram hierarquias raciais e epistêmicas e contribuem para a construção de uma sociedade plural e antirracista. A figura do/a Intelectual Negro/a, nesse sentido, não é apenas a reivindicação individual, mas coletiva, insurgente e profundamente vinculada à transformação social.

REFERÊNCIAS

- DAVIS, F. James. **Who is black? One nation's definition**. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 1991.
- DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente negra**. Tradução de Jefferson Camargo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 2025.

BERLIN, Ira. **Many thousands gone: the first two centuries of slavery in North America**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

BEVERLEY, John. **Subalternidade e representação: debates em teoria cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

CAMPOS, Francisco. **Reflexões sobre o ensino superior**. Rio de Janeiro: MEC, 1954.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: EDUC, 2005.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializando a Europa: pensamento pós-colonial e diferença histórica**. São Paulo: Autêntica, 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente negra**. Tradução de Jefferson Camargo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade brasileira: do nascimento à crise atual (1808-1975)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GOMES, Flávio. **Cultura e identidade nas universidades negras americanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: volume 1**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 492-516.

GOMES, Ana Paula dos Santos. A educação para as relações étnico-raciais a partir do patrimônio cultural negro: educação, patrimônio da cultura afro-brasileira e os intelectuais negros(as). In: AGUIAR, Márcia Angela da Silva (Org.). **Educação para a diversidade: estudos e pesquisas**. Recife: UFPE; MEC/SECAD, 2009. p. 65-82.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

- GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos (org.). **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 9-66.
- GUHA, Ranajit. **Estudos subalternos**: escritos sobre a história e a sociedade sul-asiática. São Paulo: Boitempo, 2000.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- LEITE, José Correia. **E disse o velho militante José Correia Leite**: depoimentos e artigos. Organização e introdução de Cuti. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2005.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. In: RATTIS, Alex (Org.). **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996. p. 88-95.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento**: quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição. Organização: Alex Ratts. 1. ed. São Paulo: Filhos da África, 2018.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Ministro da Educação diz que universidade deve ser para elite intelectual. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 jan. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/11/ministro-da-educacao-diz-que-universidade-deve-ser-para-elite-intelectual.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- SALLES OLIVEIRA, Vicente de. **Discurso de inauguração da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 1935.
- SAID, Edward W. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Instituto de

Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1973>. Acesso em: 17 out. 2024.

SILVA, Alexandra Lima da; COLLIER, Rhonda. Faculdades e universidades historicamente negras: um terreno fértil para a história da educação: (Estados Unidos da América). **Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 01–13, 2024. DOI: 10.26694/caedu.v6i3.6009. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/6009>. Acesso em: 4 set. 2025.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Racismo na escola. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVA, A. L. (org.). **Por uma educação antirracista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 55-72.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: LEITE, Juçara Luzia; ALVES, Claudia (Org.). **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 25-54.

Recebido em 19/09/2025

Versão corrigida recebida em 30/10/2025

Aceito em 02/11/2025

Publicado online em 10/12/2025